RELATÓRIO DE GESTÃO

E

CONTAS

2007

Índice

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO 3

1 – INTRODUÇÃO 3

2 – ACTIVIDADE DA AIM EM 2007 5

4 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ACTIVIDADE 11

5 - CONTAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO 14

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 15

Gráfico 1 - Volume de vendas PME 12

Gráfico 2 - Volume de vendas GE 13

Gráfico 3 - Volume de vendas dos associados da AIM 13

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Tabela 1 - Balanço

Tabela 2 - Demonstração de Resultados

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

A Associação das Indústrias Marítimas prosseguiu em 2007 a sua actividade em defesa da criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento económico e tecnológico das empresas que representa. O resultado da sua actuação passou por desenvolver acções junto dos estaleiros de construção e reparação naval, o seu sector mais representativo, incentivando-os ao investimento nos factores dinâmicos da competitividade.

A AIM identificou os constrangimentos que se põem ao sector, recorrendo a estudos financiados pelo PEDIP, a visitas e inquéritos enviados aos associados.

Do estudo do sector resultou a identificação de um conjunto de medidas limitativas da capacidade concorrencial dos estaleiros, em particular daqueles que são de média e pequena dimensão. Aquelas medidas foram apresentadas num Memorando enviado ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Inovação no inicio de 2007, de que resultou um trabalho conjunto, ao longo do ano, com a Direcção Geral das Actividades Económicas (DGAE), que culminou com a elaboração de um relatório em Outubro de 2007, com recomendações a adoptar pelo Governo Português.

O relatório da DGAE/AIM, reconhece existirem debilidades resultantes das condições específicas da natureza da actividade, como também não existirem mecanismos adequados para ajudar a superar as fragilidades. Este relatório constata existirem Estados Membros que implementaram medidas de apoio ao desenvolvimento da construção naval, aconselhando à instituição de meios de acção semelhantes em Portugal.

As medidas propostas inserem-se no âmbito das actuações preconizadas no LeaderSHIP 2015, documento adoptado pela Comissão Europeia para o sector e que respeita o Enquadramento dos Auxílios Estatais à Construção Naval em vigor na União Europeia.

Aquelas medidas abrangem actuações na área do financiamento à construção, em particular na criação de uma dotação específica para o sector no sistema nacional de garantia mútua, na instituição de um sistema de incentivos à inovação, nos termos acordados entre a indústria e a Comissão Europeia, numa sensibilização do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, para a facilitação da actividade e na área da formação profissional.

O Regime de Apoio à Inovação é específico para o sector da Construção e Reparação Naval, foi prolongado pela Comissão Europeia juntamente com outras medidas de apoio horizontais, até 31 de Dezembro de 2011 por reconhecer a importância deste sector a nível europeu e a necessidade de inovar num contexto de mercado fortemente concorrencial. Este regime já foi aprovado em cinco países comunitários, aguardando a AIM a sua aprovação.

Continua muito actual o relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos de 2004, ao considerar dever o país desenvolver uma visão integrada e estratégica das actividades e indústrias ligadas ao mar, mediante políticas de apoio activas, de incentivo à modernização e reestruturação, de estímulo à especialização em

nichos de mercado de alto valor tecnológico, de promoção da procura externa e I&D, de incentivo ao recurso ao armamento nacional e em particular de apoio à construção e reparação naval, incluindo o plano de reequipamento militar.

A Associação das Indústrias Marítimas representa a quase totalidade da indústria de construção e reparação naval. Estas actividades são estratégicas para Portugal, por proporcionarem o desenvolvimento de outras indústrias ligadas ao mar, sendo geradoras de emprego e de riqueza numa gama variada de indústrias associadas, integradoras de conhecimento e alta tecnologia.

No que respeita à manutenção naval de grande dimensão, Portugal continua a ser um dos países mais importantes a nível internacional, com a maior quota de reparação de petroleiros a nível europeu. A construção naval, não obstante a importância reconhecida, continua numa situação difícil, em parte, por não existir uma política que valorize o sector, que lhes permita competir, em condições de igualdade no mercado internacional.

2 – ACTIVIDADE DA AIM EM 2007

2.1 – Organização

Manteve-se a orgânica de funcionamento da Associação das Indústrias Marítimas, com a manutenção do lugar de Secretário-Geral.

2.2 – Novos associados

No ano de 2007 foram admitidos como novos associados o ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade e a RINA– Registro Italiano Navale, Sucursal de Lisboa.

2.3 – Relacionamento AIM/CIP

No quadro da sua filiação na CIP, a AIM participou em várias reuniões de interesse para o sector e discutiu diferentes problemas da indústria, tendo colaborado activamente na crítica e discussão do parecer do Conselho Económico e Social sobre "O Mar e as Políticas Marítimas".

A informação facultada pela CIP relativa à evolução económica nacional e mundial e sobre temas de interesse para a indústria, tem sido a fonte de informação que a associação tem recebido com grande regularidade e da maior pertinência para a actividade associativa.

2.4 – Relacionamento AIM/FENAME

A AIM, dando sequência às preocupações que os seus Associados, ao longo dos anos, têm vindo a manifestar, apresentou um conjunto de sugestões à FENAME, que gostaria de ver reflectidas na futura Contratação Colectiva a subscrever pela FENAME.
Com efeito, há muito que a AIM vem pugnando por um regime contratual que permita às Empresas Portuguesas serem concorrenciais no mercado mundial da indústria naval, desde sempre uma actividade global, que se caracteriza por se desenvolver sob intensa concorrência.
Os concorrentes das empresas portuguesas, alemães, espanhóis e holandeses, contando com uma elevada dinâmica de adaptação, já dispõem, desde meados da década passada, de vantagens competitivas de que as Empresas Portuguesas não usufruem, designadamente de condições de adaptabilidade do tempo de trabalho, semelhantes àquelas que hoje necessitamos de implementar.

Esta evidência, corroborada por outras Instituições, designadamente pela CIP, na sua apreciação crítica ao Livro Branco das Relações Laborais e a Revisão do Código do Trabalho, exige, entre outras medidas essenciais, a consagração de um regime especial de adaptabilidade, que se afigura decisivo para as Empresas Portuguesas, que operam no sector naval, se poderem afirmar neste mercado que se desenvolve à escala mundial.

Neste sentido, a AIM, ciente de que não é possível continuar a manter a rigidez das condições de Contrato de Trabalho, como aquelas com que as Empresas, nossas Associadas, têm coexistido num mercado tão altamente competitivo, apresentou um conjunto de sugestões à FENAME que, a serem vertidas numa futura Contratação Colectiva, não deixarão de propiciar as condições laborais indispensáveis à sustentabilidade e manutenção futura do Sector Naval em Portugal.

2.5 – Área Internacional

A AIM participou nas actividades internacionais do sector, nomeadamente no âmbito dos diferentes Grupos de Trabalho da CESA – Community of European Shipbuilders Associations, de que é membro.

Coredes – trata-se do grupo dedicado à investigação, desenvolvimento e inovação na construção e reparação naval. Em 2007 foi concluído o documento Implementation Plan da plataforma tecnológica WATERBORNE, na sequência dos anteriores documentos Vision (estratégia) e Stategic Research Agenda. Aquele documento identifica os domínios prioritários da IDT (em certas áreas a nível de proto-projectos de IDT), a lançar no prazo até 2013 e a serem financiados pelo 7º Programa Quadro de IDT da União Europeia. Em Dezembro de 2007 realizou-se uma reunião em Delft onde foram apresentadas várias ideias de projectos de IDT à luz do documento Implementation Plan. A AIM promoveu a respectiva distribuição pelos seus associados, tendo alguns destes apresentado, em consórcio com outros participantes europeus, candidaturas na fase de Maio de 2008.

TAC (Technical Advisory Group) -dedicou-se aos assuntos que implicam alterações de regulamentos e regras da IMO e das Sociedades Classificadoras.

Assim os assuntos que mereceram maior atenção foram as regras de estabilidade para os navios de passageiros e ro-ros e a discussão dos aspectos inerentes ao Safe Return to Port. Ainda no âmbito da estabilidade tem vindo a ser discutido o teor do SOLAS 2009 versus o Acordo de Estocolmo dado que este último parece conduzir a uma maior segurança dos navios.

No que respeita a problemas ambientais, o GHG, Greenhouse Gas provocado pelos navios é um assunto que tem levantado alguma controvérsia dado ter sido proposta uma fórmula para definir o teor máximo de CO_2 produzido pelos navios que não tem em conta o tipo de navio ou a sua dimensão.

Ainda dentro deste capítulo continua a ser dada atenção às complicações com a implementação da Directiva REACH na indústria de construção e reparação naval sendo que o maior impacto resulta na nossa indústria na utilização de tintas com diluentes carboorgânicos e dos antivegetativos.

No domínio da cooperação global tem sido desenvolvido um trabalho de compreensão mútua entre os construtores japoneses, chineses, coreanos e europeus que no domínio estritamente técnico tem permitido tomadas de posição comuns nomeadamente nos comités IMO.

Social Dialogue Committee – desenvolveram-se acções relativas ao Dia Europeu da Indústria naval (European Shipyards Day), iniciativa promovida pela CESA e pela EMF (European Metalworkers Federation), que teve lugar na semana de 07 a 11 de Abril de 2008. A AIM, as organizações sindicais FEQUIMETAL e SIMA, e vários dos associados da AIM (Arsenal do Alfeite, ENVC, Lisnave), associaram-se plenamente ao evento com a elaboração de programas de visita e de divulgação das suas actividades junto das populações locais, com destaque para os jovens estudantes em estabelecimentos de ensino profissional, secundário, politécnico e universitário. Em Bruxelas a 2 de Abril de 2008, realizou-se uma sessão especial no Comité das Regiões, na qual se deu ênfase ao conteúdo de alta tecnologia na indústria naval europeia (e.g. navios complexos de alto valor acrescentado para as marinhas de comércio, de turismo e de lazer, navios para as

marinhas de guerra) e à necessidade de formar profissionais de diferentes níveis e especialidades para assegurar o futuro desta indústria na Europa. Neste Grupo foi ainda produzido o estudo sobre Demographic Change and Skills Requirements, no qual são apresentadas as necessidades de profissionais para os próximos 10 anos na indústria naval europeia e actualizado o estudo Shipbuilding Survey que dá uma panorâmica da indústria naval europeia.

Intelectual Property Rights – um grupo ad hoc da CESA criado na sequência do LeaderSHIP 2015, com o apoio de um consultor, concluiu a 1ª fase dos trabalhos com a publicação do manual GuardShip, que tem por fim dar recomendações visando salvaguardar os direitos de propriedade intelectual produzidos nos estaleiros navais (estudos, projectos, desenhos), e assim evitar a drenagem de conhecimentos para outras regiões do mundo. O manual GuardShip está à disposição dos associados da AIM através de uma taxa a pagar a uma nova entidade criada pela CESA, à qual compete gerir o sistema e prestar assistência técnica e jurídica.

Market forecast and market monitoring – foram publicados pela CESA relatórios trimestrais da evolução do mercado mundial da construção naval. De destacar a continuação da forte procura de navios no mundo (o ano de 2007 constituiu um record mundial sem precedentes ao atingir 80.3 milhões de cgt de novas encomendas). Os países do Extremo Oriente (China, Coreia do Sul, Japão) continuam a ser os líderes em termos de quota de mercado alcançando 85 % do total das novas encomendas. O quota de mercado, expressa em cgt, na CESA foi de 6.5 %. No entanto, em termos de valor os estaleiros navais da CESA mantêm uma posição confortável, muito próximo dos alcançados pelo principal construtor mundial, a Coreia do Sul. Isto denota a especialização dos estaleiros europeus de construção naval em navios de alto valor acrescentado e de elevada tecnologia, tendência que deverá prosseguir nos próximos anos. Identicamente se constata uma maior especialização dos estaleiros europeus de reparação naval quando comparados com os seus concorrentes de outras regiões do mundo. Um aspecto que mereceu particular atenção ao longo de 2007 consistiu na forte evolução dos preços do aço usados na construção naval. A CESA, com o apoio da AIM, tem vindo a tomar posições junto da Comissão Europeia a fim de assegurar a importação destes aços de outras partes do mundo isentas de taxas anti-dumping ou de outras restrições á importação.

InterSHIP 2015 – esta iniciativa da CESA entrou na 2ª fase. A Comissão Europeia elaborou uma comunicação (COM(2007) 220 final, de 25.04.2007) expressando bons progressos no plano de acção e assinalando certos aspectos a merecer aprofundamento. Numa Conferência realizada em Nuremberga em Junho de 2007, foram identificadas as novas áreas prioritárias a lançar numa 2ª fase. A CESA criou um sherpas group que tem vindo a elaborar o novo plano de acção o qual deverá ser presente à Comissão Europeia durante o próximo ano.

OCDE – iniciaram-se neste fórum contactos com vista ao relançamento das negociações para o estabelecimento de um acordo visando uma concorrência equitativa a nível mundial. As prioridades europeias neste âmbito permanecem centradas na questão dos preços internacionais a que se acrescentou a questão relativa às possíveis sobrecapacidades decorrentes de investimentos em curso em países asiáticos, em particular na China.

Finalmente há a referir a nomeação do Vice- Presidente da AIM, Engº Sérgio Fonseca, para membro do Council da CESA.

2.6 – Actividade de Normalização Sectorial - ONS

a) Organização

A AIM constituiu no seu seio um Organismo de Normalização Sectorial (ONS) para o sector marítimo, através de protocolo estabelecido em 1987 com o Instituto Português da Qualidade (IPQ).

O ONS/AIM coordena a Comissão Técnica de Normalização CT68, cujo campo de intervenção é o da "Construção Naval e Tecnologias Marítimas".

Colocada ao serviço dos agentes económicos do sector naval nacional, a actividade da CT68 tem como objectivo principal dar resposta às recomendações do Sistema Nacional de Qualidade, privilegiando um maior envolvimento nacional na actividade normativa internacional, com acompanhamento activo, em representação do IPQ, nos Comités Técnicos correspondentes da Comissão Europeia de Normalização (CEN) e da Organização Internacional de Normalização (ISO).

Tal inclui as áreas de:

- Projecto e construção (elementos estruturais, tecnologias de construção)
- Equipamento e aprestamento
- Questões ambientais ligadas à navegação
- Operação de navios

Tendo em conta a caracterização multi-disciplinar do sector, a CT 68 está subdividida em subcomissões para as seguintes três áreas:

- CT 68 - SC 1-Embarcações pequenas (comprimento até 24 m, inclus.)

- CT 68 - SC 2-Embarcações de navegação interior

- CT 68 - SC 3-Navegação oceânica e tecnologia marítima

b) Actividade

O Presidente da Comissão Técnica de Normalização - CT68 Construção Naval e Tecnologias Marítimas do ONS/AIM, Eng.º Alves Vieira, recebeu o honroso convite do Capt. Charles H. Piersall, Presidente da ISO/TC 8/WG "Ship recycling", para perito da ISO/TC 8/WG "Ship recycling".

A actividade Desmantelamento de Navios está na actualidade das preocupações europeias e nacionais, estando já em fase avançada as "IMO Guidelines on ship recycling" para serem adoptadas como Convenção Internacional em 2008/2009.

Entre a actividade da CT68 no ano de 2007 destaca-se:

- Draft da 1ª norma da série 30000, Ship Recycling;

- ISO DIS 20858- Ships and marine technology- Maritime port facility security assessments and security plan development;
- ISO DIS 28003- Ships and marine technology- structures - Part 1: General requirements for their limit state assessment
- CD 17897Ships and marine technology - Marine environment protection - Mechanical equipment for oil spill
- NWIP on ballast water sampling systems
- AWI 23268Ships and marine technology - Oil barriers - Test and certification
- prEN ISO 14509 - Small craft - Airborne sound emitted by powered recreational craft
- EN ISO 12217 - Small craft - Stability and buoyancy assessment and categorization
- prEN ISO 9094 - Small craft - Fire protection

No seio da SC-1 foi concluída a análise em pormenor da especificação técnica sobre Características Principais das embarcações pequenas mercantes, no sentido de produzir uma norma portuguesa.

c) Entidades Representadas

Fazem parte das comissões técnicas as seguintes entidades:

AIM - Associação das Indústrias Marítimas; LISNAVE – Estaleiros Navais, SA; Arsenal do Alfeite; Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA; Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos; CILPAN; ISQ, RINAVE – Registro Internacional de Navios; RINAVE – Qualidade e Segurança; ACE; AKRON - Engenharia e Métodos, Lda.; RINAVE – Registro Internacional de Navios; Sociedade de Projectos Navais, Lda.; SINFIC, Assoc. Port. Industriais e Comerciantes Actividades Náuticas; RINA.

d) Futuro do ONS/AIM

A AIM apresentou em Julho de 2006 o Projecto de Candidatura a uma Medida de Apoio ao Organismo de Normalização Sectorial que recebeu um Despacho de Homologação mas ficou condicionado a disponibilidades orçamentais. O IAPMEI comunicou que a taxa de execução do Projecto da AIM, não atingia os 15% e considerou não estarem reunidas as condições para se propor o levantamento da condicionante de disponibilidade orçamental.

2.7 – Exposição ao Governo sobre Estaleiros Navais de Pequena e média Dimensão

A AIM, procedeu à elaboração de um Memorando, o qual, de forma circunstanciada, procurou enumerar os constrangimentos que se colocam à capacidade concorrencial dos pequenos e médios estaleiros de construção, bem como, as medidas consideradas necessárias à sua superação, sob pena de Portugal deixar de contar com a massa crítica indispensável à continuidade do sector e pondo em risco postos de trabalho, num sector considerado estratégico dado o inquestionável efeito tractor desta indústria.

O Memorando sobre Estaleiros Navais para Construção de Pequenas e Médias Dimensões, foi enviado em 17 de Janeiro de 2006 a Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e Inovação (SEAII).

O Senhor SEAII em resposta ao referido Memorando, incumbiu a Direcção-Geral da Empresa (DGE) de fazer um relatório sobre o Sector da Construção e Reparação/Manutenção Naval. Para tal, a DGE convidou a Direcção da AIM para uma reunião em Janeiro deste ano, na sequência da qual, se criou um Grupo de Trabalho que fez 6 reuniões, a última das quais em Maio de 2007 já com a nova Direcção-Geral da Actividades Económicas (DGAE).

Em Outubro de 2007 a DGAE enviou ao SEAII o estudo "ACOMPANHAMENTO DO SECTOR DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL". A AIM está a aguardar uma resposta do Senhor SEAII.

2.8 – Semana dos Estaleiros Navais Europeus

Decorreu de 07 a 11 de Abril a 2ª edição da Semana Europeia dos Estaleiros de Construção e Reparação Naval, iniciativa inserida no âmbito do Diálogo Social em que participam a CESA (Community of European Shipyards Associations) e respectivas associações nacionais, a FEM (Federação Europeia dos Metalúrgicos) e seus associados e a Comissão Europeia, à qual aderiram os estaleiros portugueses, Arsenal do Alfeite, Lisnave, Estaleiros Navais de Viana do Castelo e Estaleiros Navais de Peniche.

Esta iniciativa visou promover a imagem dos estaleiros navais e despertar os jovens para as oportunidades de emprego numa indústria tecnologicamente avançada tendo sido proporcionado visitas aos estaleiros a alunos do ensino secundário e superior e à população em geral.

3 – PROJECTOS COM COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Em Julho de 2006, a AIM apresentou uma candidatura ao Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), Medida 5.2 - Apoio às Actuais Infra-estruturas Associativas , para o período 2006-2008.

Esta Medida de Apoio ao Associativismo foi aprovada em Fevereiro de 2007, tendo sido consideradas elegíveis despesas relativas ao projecto de investimento no valor de 331.540 Euros, a realizar entre Agosto de 2006 e Julho de 2008.

O objectivo global que a AIM pretendeu alcançar com os incentivos disponibilizados por este Projecto do PRIME foi o contribuir para a modernização e incremento da capacidade competitiva dos seus associados, através de acções que promovam a Sensibilização das Empresas Industriais Associadas, a Melhoria da Organização Interna da Associação, a Melhoria da Qualidade da Informação, o Alargamento do Mercado e a Dinamização do Ambiente Empresarial.

Avaliação Tecnológica dos Estaleiros Navais Portugueses

O projecto "Diagnóstico Tecnológico dos Estaleiros Navais Portugueses" aprovados na candidatura da AIM, com a designação Avaliação Tecnológica dos Estaleiros Navais Portugueses, foi iniciado em Abril de 2007 e terminou em Maio de 2008 com a apresentação e aprovação do Relatório Final. Este projecto teve como principal objectivo fazer um levantamento das tecnologias e processos em uso nos estaleiros navais portugueses e classificá-las em relação às melhores práticas mundiais.

Pretendeu-se ainda com este Projecto sensibilizar os estaleiros portugueses para a necessidade de prosseguir a evolução tecnológica de forma a se tornarem cada vez mais competitivos.

O projecto teve como objectivo obter uma imagem da matriz tecnológica dos estaleiros navais portugueses classificados como PME. Foram seleccionados dez estaleiros, formando um grupo heterogéneo, quer em dimensão quer em actividades. Os dados recolhidos pelo projecto através de visitas aos estaleiros e de questionários formulados especificamente para o efeito, permitiram avaliar as tecnologias e processos em uso, bem como a política de recursos humanos, vertente da organização das empresas que foi considerada importante para os objectivos do projecto.

Os resultados da análise dos dados mostram que a base tecnológica dos estaleiros participantes se caracteriza pela utilização de tecnologias e processos com provas dadas mas que começam a mostrar alguma maturidade tecnológica. Verificou-se ainda que subsistem algumas práticas já ultrapassadas, mas também existem casos de utilização de tecnologias avançadas. Conclui-se que o maior atraso se faz sentir não nos processos produtivos em si, mas nas áreas relacionadas com o projecto e engenharia de produção, planeamento e controlo e acesso a bordo. Em termos de recursos humanos, verifica-se que de um modo quase geral existe algum atraso na forma como é feita a sua provisão, tendo um dos estaleiros revelado insuficiências claras também no âmbito da aplicação e desenvolvimento.

Com estes resultados, este estudo mostra que mesmo que as condicionantes exteriores aos estaleiros não sejam as melhores, é possível conseguir um avanço em termos tecnológicos através de pequenos passos que contribuam para a melhoria dos aspectos mais fracos focados anteriormente. Estas são áreas onde pequenos investimentos podem trazer grandes benefícios e preparar os estaleiros para saltos qualitativos maiores quando surgirem melhores condições para o investimento em tecnologias. Os relatórios individuais dos estaleiros contêm indicações mais concretas relativas às oportunidades de melhoria de cada um.

O projecto "Diagnóstico Tecnológico dos Estaleiros Navais Portugueses" foi apresentado em três seminários para estaleiros navais, onde foi discutido o tema do estudo e apresentadas as suas conclusões.

Os seminários foram realizados em três regiões geograficamente afastadas, em localidades onde a indústria da construção e/ou reparação naval é relevante:

- Viana do Castelo, em 26 de Maio.
- Figueira da Foz, em 27 de Maio.
- Lisboa, 28 de Maio.

4 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ACTIVIDADE

4.1 – Apresentação do sector da construção e reparação naval

A Associação das Indústrias Marítimas (AIM) representa diferentes sectores das Indústrias Marítimas, constituindo, a construção e reparação naval o seu núcleo principal.

Existe uma grande diversidade entre os estaleiros portugueses, em termos de dimensão e tecnologias empregadas, que vão desde a manutenção dos navios mercantes de maior porte, a construção de navios sofisticados, como é o caso dos estaleiros da Lisnave e Viana do Castelo, a manutenção dos navios da

Marinha portuguesa no Arsenal do Alfeite, a construção de ferry-boats nos Estaleiros de Peniche, ou ainda, lanchas de fiscalização, embarcações de pesca, de recreio e embarcações tradicionais em madeira.

A nível nacional, não existe informação disponibilizada pelo INE, mas tendo em conta a última informação disponibilizada, existem cerca de 270 empresas inscritas na actividade de construção e reparação naval, representando à volta de 4.500 trabalhadores e um volume de vendas de cerca de 300 milhões de euros. Os estaleiros associados da AIM embora representando apenas 8 % em número de empresas, representam mais de 85 % em número de trabalhadores e 75 % em vendas.

4.2 – Actividade em 2007

Em 2007, 16 estaleiros associados da AIM, que se estima representarem em volume de vendas cerca de 80 % do total nacional, facturaram 299,7 milhões de euros, mais 9,5 % do que no ano anterior, e deram emprego a mais de 3.000 trabalhadores próprios e de 1.700 trabalhadores provenientes de subempreiteiros.

A manutenção e reparação naval é a actividade predominante no nosso país, tendo representado em 2007, 60 % do volume de negócios total dos associados da AIM.

Estaleiros de dimensão PME com actividade de Construção e Reparação Naval

Em 2007, o volume de vendas dos 5 estaleiros de construção de dimensão PME, Estaleiros Navais do Mondego, Nautiber – Estaleiros Navais do Guadiana, Estaleiros Navais de Peniche, Vianapesca e União Construtora Naval, cresceu 96,6 % relativamente ao ano anterior, tendo atingido o valor de 30,5 milhões de euros, distinguindo-se neste grupo os Estaleiros Navais de Peniche, que duplicaram a sua facturação em construção relativamente ao ano anterior, para cerca de 20 milhões de euros, grande parte da qual para exportação.

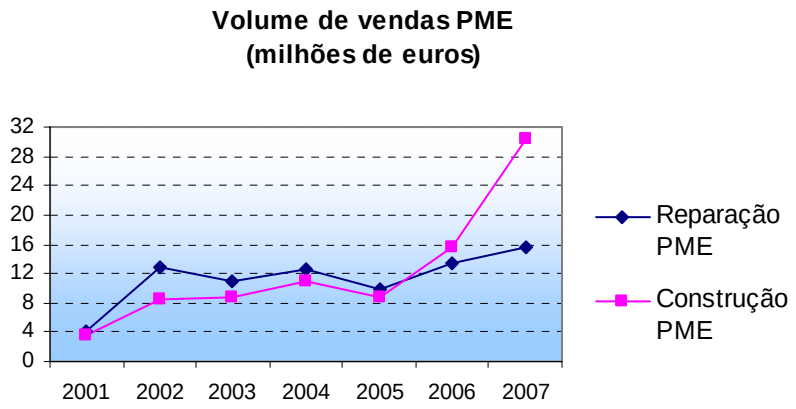

Gráfico 1 - Volume de vendas PME

O volume de vendas das 10 empresas que venderam serviços de reparação de dimensão PME, Estaleiros Navais do Mondego, Nautiber – Estaleiros navais do Guadiana, Estaleiros Navais de Peniche, Navalria, União Construtora Naval, e Samuel & Filhos, Naval Rocha, Cecílio & Carlos Sanfins, Réplica Fiel e Gaslimpo, cresceu 16,2 %, atingindo 15,6 milhões de euros, crescimento inferior ao verificado na actividade de construção.

Os estaleiros de menor dimensão na sua maioria dedicaram-se à actividade de construção de embarcações de pesca, mercado que tende a desaparecer, na sequência da Nova Política de Pescas da União Europeia, vendo-se forçados a converter a sua actividade noutros mercados, em particular na reparação, ou ainda em novos mercados de construção como a marítimo turística ou recreio.

Estaleiros de dimensão GE com actividade de Construção e Reparação Naval

Em 2007, o volume de vendas das 3 empresas de reparação de grande dimensão, que constituem o grupo de associadas da AIM, Lisnave, ENVC e TECOR cresceu 6,6 %, atingindo 141,3 milhões de euros. Neste grupo de empresas merece destaque o volume de vendas de reparação naval da Lisnave, em 2007, que atingiu 123,3 milhões de euros, representando um crescimento de 9,9 % relativamente a 2006.

O volume de vendas em construção naval dos ENVC cresceu 17,9 % em 2007, atingindo 89,5 milhões de euros.

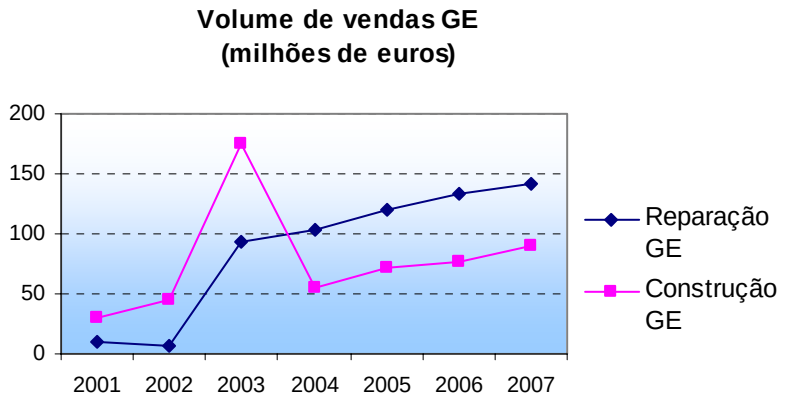

Gráfico 2 - Volume de vendas GE

A análise da actividade nos últimos 6 anos evidencia uma tendência de crescimento da reparação naval idêntica à da construção naval.

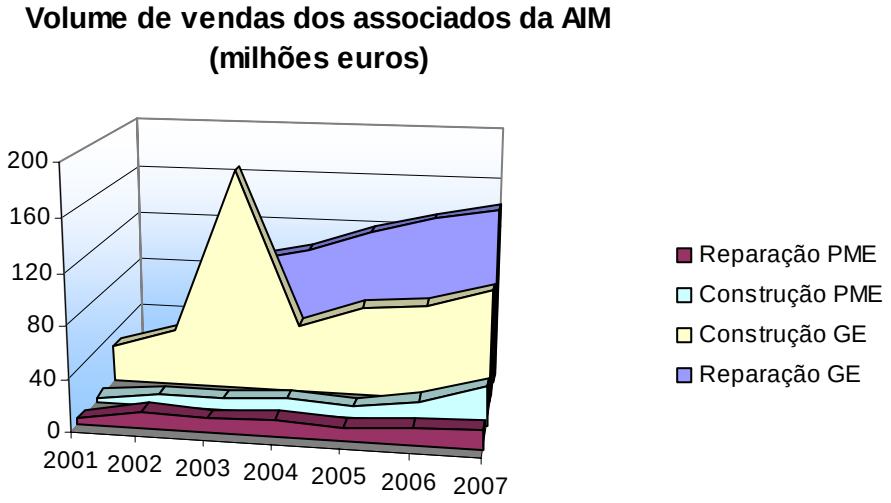

Gráfico 3 - Volume de vendas dos associados da AIM

5 - CONTAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A AIM apresentou, no final do exercício em apreço, Resultados Operacionais negativos de 20,5 milhares de Euros, conforme é mostrado na Demonstração de Resultados em anexo.

Contudo, os Resultados Líquidos, para o mesmo período, registaram um prejuízo mais dilatado, 68,5 milhares de Euros, como consequência dos seguintes Custos e Perdas Extraordinários registados no exercício: cerca de 31 mil €, com a decisão de se regularizar (anular) os saldos de cobrança duvidosa de alguns associados que entretanto cessaram a sua actividade ou apresentavam uma situação de insolvência e, um montante de 17 mil €, relativo a um corte na comparticipação a fundo perdido, previsto nas contas de 2006, para o fecho do projecto do associativismo AIM 2.

A razão principal que conduziu a àqueles Resultados Operacionais negativos, continua a prender-se com a estrutura económica muito débil que tem caracterizado a actividade corrente da AIM. Isto é, uma incapacidade de gerar proveitos, através das quotizações estatutárias dos associados, suficientes para fazer face aos seus custos correntes de funcionamento.

Assim, apesar de ter havido um grande esforço de redução de custos para o conjunto das rubricas de "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Custos com o Pessoal", menos 22 mil €, ou seja 18%, que no exercício anterior, verificou-se, apesar de tudo, um défice corrente negativo de cerca de 100 mil Euros.

As soluções encontradas pela Direcção para fazer face, em grande parte, a esta situação, à luz do que tem acontecido nos últimos exercícios, foi socorrer-se de fontes de financiamento excepcionais, tais como:

- Emissão de quotas extraordinárias, no montante de 43 milhares de Euros, aos seus associados de referência, a saber, Lisnave – Estaleiros Navais e Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
- Comparticipações a fundo perdido num montante global de cerca de 46 milhares de Euros, principalmente através da execução dos projectos "Prime – Apoio à Estrutura Associativa" e "CoopNav".

Esta situação económica muito desfavorável, tem sido agravada por questões de ordem financeira, que se prendem com as dificuldades encontradas na cobrança das quotas de alguns dos nosso associados, também eles a atravessarem situações económica e financeiras muito complicadas.

Deste modo, o saldo da conta "Sócios Cobrança Duvidosa" apresentava, em 31 de Dezembro de 2007, um montante de 40 milhares de €, apesar de se ter regularizado (anulado) durante o exercício, um montante expressivo de saldos, com já foi referido.

Assim, a provisão de 15,5 milhares de Euros, reflectida no Balanço e criada para este efeito, pode vir a revelar-se manifestamente insuficiente, com impactos muito negativos nos resultados dos próximos exercícios.

Concluindo, a Direcção volta a alertar os Associados para esta situação insustentável, que na ausência de medidas urgentes, que passarão inevitavelmente por uma revisão profunda do âmbito das competências actuais da Associação e da reformulação da actual estrutura de quotas, pode pôr em causa a própria continuidade da AIM.

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção da AIM propõe que seja aprovado o presente Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2007 e que o Resultado Líquido, que se cifrou num prejuízo de 68.539,27 Euros (sessenta e nove mil quinhentos e trinta e nove Euros e vinte e sete cêntimos) seja transferido para o Fundo Associativo.

BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

B A L A N Ç O em 31 de Dezembro de 2007

A C T I V O	2007 Activo Bruto	2007 Amortizações Provisões	2007 Activo Liquido	2006
IMOBILIZADO	**342.502,11**	**218.314,36**	**124.187,75**	**132.081,32**
Imobilizado Corpóreo	342.502,11	218.314,36	124.187,75	132.081,32
CIRCULANTE	**194.702,45**	**15.453,98**	**179.248,47**	**237.328,80**
Sócios c/Quotas	9.060,06	0,00	9.060,06	62.361,78
Sócios Cobrança Duvidosa	40.092,33	15.453,98	24.638,35	0,00
IAPMEI-Projectos Prime	86.944,79	0,00	86.944,79	63.265,92
Forum do Mar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Devedores	19.007,89		19.007,89	43.798,73
Depósitos Bancários e Caixa	39.597,38		39.597,38	67.902,37
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	**0,00**		**0,00**	**0,00**
Custos Diferidos	0,00		0,00	0,00
TOTAL DO ACTIVO	**537.204,56**	**233.768,34**	**303.436,22**	**369.410,12**

P A T R I M Ó N I O E P A S S I V O	2007	2006
PATRIMÓNIO	**208.257,79**	**276.797,06**
Fundo Associativo	168.939,91	178.169,07
Reservas de Reavaliação	107.857,15	107.857,15
Resultado Líquido do Exercício	(68.539,27)	(9.229,16)
PASSIVO	**95.178,43**	**92.613,06**
Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00
Empréstimo Bancário de Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores Projecto Prime	23.479,04	0,00
Fornecedores Projectos Diversos	0,00	0,00
Financiadores Projectos Prime	0,00	0,00
Financiadores Projectos Diversos	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	2.444,57	4.488,46
Outros Credores	23.532,81	37.394,80
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	**45.722,01**	**50.729,80**
Proveitos Diferidos	45.722,01	50.729,80
TOTAL DO PATRIMÓNIO E DO PASSIVO	**303.436,22**	**369.410,12**

Tabela 1 - Balanço

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS em 31 de Dezembro de 2007

	2007		2006	
CUSTOS E PERDAS				
Fornecimentos e Serviços Externos	26.911,08	26.911,08	20.339,90	20.339,90
Custos Com o Pessoal				
Remunerações	65.788,77		90.066,84	
Encargos Sociais	10.768,33		15.728,49	
Outros	0,00	76.557,10	0,00	105.795,33
Amortizações do Imobilizado Corpóreo	10.114,15	10.114,15	11.023,83	11.023,83
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	101,70	101,70	75,45	75,45
Outros Custos e Perdas Operacionais	121.910,41	121.910,41	63.899,74	63.899,74
A »»»		235.594,44		201.134,25
Juros e Custos Similares				
Outros	402,39	402,39	496,67	496,67
C »»»		235.996,83		201.630,92
Custos e Perdas Extraordinários	128.743,68	128.743,68	11.496,37	11.496,37
		364.740,51		213.127,29
Imposto Sobre o Rendimento	0,00		0,00	
G »»»		364.740,51		213.127,29
Resultado Líquido do Exercício	(68.539,27)	-68.539,27	(9.229,16)	-9.229,16
		296.201,24		203.898,13
PROVEITOS E GANHOS				
Quotização	78.610,79	78.610,79	87.529,65	87.529,65
Recuperação de Custos	47.430,20	47.430,20	31.055,10	31.055,10
Proveitos Suplementares	42.709,09	42.709,09	31.911,02	31.911,02
Subsídios à Exploração	46.369,81	46.369,81	27.079,87	27.079,87
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
B »»»		215.119,89		177.575,64
Outros Juros e Proveitos Similares				
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
D »»»		215.119,89		177.575,64
Proveitos e Ganhos Extraordinários	81.081,35	81.081,35	26.322,49	26.322,49
F »»»		296.201,24		203.898,13
Resultados Operacionais (B) - (A)		(20.474,55)		-23.558,61
Resultados Financeiros [(D) - (B)] - [(C) - (A)]		(402,39)		-496,67
Resultados Correntes (D) - (C)		(20.876,94)		-24.055,28
Resultado Líquido do Exercicio (F) - (G)		(68.539,27)		-9.229,16

Tabela 2 - Demonstração de Resultados

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação das Indústrias Marítimas (AIM), no cumprimento do disposto no art.º 24º dos seus Estatutos, emite o respectivo parecer sobre a acção fiscalizadora exercida durante o Exercício 2007, sendo sua opinião que:

Da análise do Relatório e Contas de 2007 que lhe foram presentes, verifica-se que as mesmas obedecem aos princípios aceites segundo o Plano Oficial de Contabilidade;

As responsabilidades contingenciais estão razoavelmente cobertas pela provisão constituída;

Nesta conformidade, somos do parecer que:

- **O Relatório e Contas sejam aprovados;**
- **Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados, isto é, a transferência do respectivo valor para o Fundo Associativo;**
- **Que seja dado um voto de louvor à Direcção pela forma como conduziu a AIM no decorrer do exercício.**

Lisboa, 8 de Julho de 2007

O CONSELHO FISCAL

O Presidente